



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.934.215/0001-06 - Rua Siqueira Campos, 832 – 4º andar, Porto Alegre – RS

2) Classificação de passivos financeiros

A companhia classifica suas operações passivas e as mensura segundo a norma para cada uma das categorias. De acordo com o art. 9º da Resolução BCB nº 352/2023, os passivos financeiros devem ser classificados na categoria custo amortizado. Exceção constante no mesmo art. 9º da Resolução: os passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros que serão classificados ao VLF; passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro que devem ser mensurados e reconhecidos; compromissos de crédito e créditos a liberar que devem ser reconhecidos e mensurados; e garantias financeiras prestadas.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de emissores, títulos e valores mobiliários, transações de pagamentos e rendas a receber de credenciados e conveniados. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a estabelecimentos, moeda eletrônica em circulação e dividendos a pagar, sendo classificados pelo custo amortizado.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades e as aplicações financeiras prontamente conversíveis em caixa, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Foram considerados os saldos das disponibilidades em moeda nacional e estrangeira com prazo para resgate, inferior a 90 dias (Nota 5).

b) Títulos e valores mobiliários

São Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme modelo de negócio, classificados ao valor justo no resultado.

c) Relações interfinanceiras

São ativos financeiros, classificados como custo amortizado, com recebimentos fixos ou determináveis. Referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras. O saldo a receber de emissores está registrado no ativo, pelo valor das transações capturadas pela Rede de Adquirência Vero, líquido do valor descontado pelos emissores a título de intercâmbio.

d) Contas a receber

Contas a receber correspondem às faturas em aberto emitidas aos conveniados relativo a tarifas pela emissão de cartões pré-pagos e os valores a receber dos credenciados relativo ao fornecimento de equipamentos de captura, taxas de manutenção, conectividade e demais serviços prestados pela rede de aquisição, além de valores de acatamento de *chargeback* e cancelamentos de transações. São ativos financeiros, classificados como custo amortizado, com recebimentos fixos ou determináveis.

e) Transações de pagamento

Utilização dos cartões de benefícios e serviços pós-pagos, acrescido da taxa do convênio, conforme negociação comercial. Ativo financeiro classificado como custo amortizado.

f) Provisão para perda

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas decorrentes da gestão dos produtos relacionados aos cartões de benefícios e empresariais e dos valores a receber de emissores e credenciados.

A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise das faturas de clientes em relação ao histórico de cobrança e pagamentos, conforme previsto nas regras gerais e políticas da Companhia descritas na nota 26 – Gestão de risco.

A provisão é constituída de acordo com as perdas esperadas ou não recuperáveis dos ativos financeiros, e de acordo com a avaliação do aumento no Risco de crédito dos clientes da Companhia, bem como dos Bancos emissores dos cartões de crédito e débito cujas transações são capturadas pela rede de aquisição.

g) Moeda eletrônica em circulação

Passivo financeiro classificado como custo amortizado, onde são registradas obrigações referentes aos valores de cargas dos cartões de benefícios e empresariais, pré-pagos, que ainda não foram utilizados pelos portadores definidos nos convênios firmados com as empresas conveniadas.

h) Contas a pagar a estabelecimentos

Contas a pagar a estabelecimentos são passivos financeiros, classificados como custo amortizado, com pagamentos fixos ou determináveis. Referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores dos cartões de débito, crédito, benefícios e empresariais nos estabelecimentos credenciados a Rede de Adquirência Vero e conveniados Banricard.

O saldo de contas a pagar a estabelecimentos está registrado no passivo pelo valor das transações, deduzidos das antecipações, do recebimento de vendas efetuadas aos credenciados e dos valores referentes a taxas de intermediação e MDR descontadas dos estabelecimentos credenciados.

3. 2. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflete avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável, e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3. 3. Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é registrado ao custo de aquisição que inclui os gastos atribuíveis diretamente a aquisição dos itens imobilizados. As depreciações são calculadas pelo método linear, sobre o custo de aquisição, com base nas taxas anuais determinadas em função da vida útil estimada dos bens, as quais sejam: móveis e utensílios - 10%, veículos - 20%, sistemas de comunicação - 10%, sistemas de informática - 20% e equipamento de captura - 20%. Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que os eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Os ganhos e as perdas provenientes das baixas do imobilizado são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em Outras Receitas (Despesas) Operacionais na demonstração do resultado.

3. 4. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos, conforme demonstrado na Nota 18.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 ao ano. A contribuição social foi calculada a alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a companhia irá apresentar lucro tributável futuro suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas e mensuradas pelas alíquotas aplicáveis no período ao qual se espera que o ativo seja realizado.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período de *report* e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera seja recuperado.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Banrisul Pagamentos revisa periodicamente seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado, com o intuito de verificar se houve aumento significativo no risco de não recuperabilidade dos mesmos. O aumento no risco pode ser ocasionado pelo não pagamento ou atraso por parte do devedor, por indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. O reconhecimento da provisão para perda é feito mensalmente com contrapartida no resultado da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Os recursos utilizados para gestão de caixa da companhia estão alocados em depósitos bancários à vista e em aplicações em CDB:

	31/12/2025
Disponibilidade em moeda nacional	5.955
Disponibilidade em moeda estrangeira	2.748
Títulos e valores mobiliários – CDB (nota 6)	1.426.688
Total	1.435.391

6. Títulos e valores mobiliários

6. 1. Composição

	31/12/2025
Títulos e valores mobiliários – CDB (a)	1.426.688
Títulos e valores mobiliários – LFT (b)	345.416
Total	1.772.104
Circulante	1.766.702
Realizável a longo prazo	5.402

(a) Referem-se a aplicações financeiras em Certificado de Depósitos Bancários Banrisul, com liquidez diária. A Taxa de rendimento média foi de 1,099% no período.

(b) Referem-se a aplicações em LFTs próprias, em garantia e requeridas para instituições de pagamento autorizadas a operar pelo BACEN, em garantia dos saldos de moeda eletrônica em circulação. As LFTs são remuneradas pela SELIC (R\$ 44,992 de remuneração em 2025).

6. 2. Classificação por categoria e prazo

A seguir demonstramos a classificação dos saldos patrimoniais dos títulos e valores mobiliários por categoria e prazos de vencimento.

	Faixa de vencimento		Valor justo
	Até 90d	Mais de 90d	31/12/2025
Valor justo no resultado			
Aplicações financeiras - CDB	1.426.688	-	1.426.688
Letras financeiras do tesouro - próprias	-	3.196	3.205
Letras financeiras do tesouro - em garantia	-	2.191	2.197
Letras financeiras do tesouro - em garantia eletrônico	122.994	217.029	340.014
Total	1.549.682	222.416	1.772.104

Os instrumentos financeiros apresentados ao valor justo no resultado estão classificados no nível 1 da hierarquia do valor justo.

7. Relações interfinanceiras

	31/12/2025
Emissores (a)	2.993.995
Emissores - partes relacionadas (b)	1.020.129
Total	4.014.124
Circulante	3.979.330
Realizável a longo prazo	34.794

(a) O saldo corresponde ao valor líquido das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras, capturadas pela rede de aquisição Vero, a vencer.

(b) O saldo corresponde aos valores a receber do Banrisul em decorrência das transações de Banricompas e dos cartões Visa e Mastercard emitidos pelo Banrisul, capturadas pela rede de aquisição Vero.

8. Contas a receber

	31/12/2025
Rendas a receber (a)	
Credenciados	6.581
Outros	108
Total rendas a receber	6.689

Títulos e créditos a receber (b)

Credenciados	7.592
Conveniados	1.529
Partes relacionadas	17
Total títulos e créditos a receber	9.138
(i) Provisão para perda esperada (c)	(3.282)
Total	5.856

Total contas a receber

Circulante	15.827
Realizável a longo prazo	8.340
	7.487

(a) Saldo correspondente ao montante de valores a receber da rede credenciada referente às tarifas cobradas pelo serviço da rede de aquisição e demais valores a receber dos credenciados e conveniados.

(b) Saldo correspondente aos valores contratados pelos conveniados para carga nos cartões pré-pagos e, valores a receber da rede credenciada.

(c) Provisão constituída sobre faturas a receber conforme metodologia de cálculo definida de acordo com a Resolução BCB 352/23.

Provisão para perda esperada sobre contas a receber

Saldo inicial 01/01/2025	(1.315)
(Constituição) / (reverso)	(3.877)
Saldo para prejuízo	1.910
Baixa em 31/12/2025	(3.282)

Segregação por prazo:

Vencidos até 30 dias	(265)
Vencidos de 31 a 90 dias	(455)
Vencidos a mais de 90 dias	(2.562)
Total	(3.282)

9. Transações de pagamento

	31/12/2025
Transações de pagamento – cartões pós-pagos (a)	
Conveniados	11.929

13. Moeda eletrônica em circulação

	31/12/2025
Cartões alimentação e refeição	81.481
Cartões programas sociais	158.606
Demais saldos de moeda eletrônica	41.466
Total	281.553

Saldo existente em 31 de dezembro de 2025 relativo aos valores contratados pelos conveniados que ainda não foram utilizados pelos portadores dos cartões de benefícios Banricard na rede credenciada. Nestas contas existem movimentos constantes de aumento relativo à carga e diminuição pela utilização.

14. Outros passivos financeiros

	31/12/2025
Contas a pagar - partes relacionadas (a)	13.858
Contas a pagar (b)	21.912
Arrendamentos a liquidar (c)	1.584
Outros	2.217
Total	39.571

(a) Saldo relativo acordo operacional com controlador.

(b) Saldo relativo ao contas a pagar da Companhia do qual: R\$ 3.036 refere-se a valores de Marketing a liquidar; R\$ 4.015 refere-se a processamento de dados; R\$ 6.228 provisão Free Bandeiras; R\$ 3.005 serviço de manutenção de software a pagar e R\$ 5.617 outras provisões.

(c) Valor referente contrato de aluguel de imóveis sede da Companhia, registrado conforme definição da Resolução BCB nº178/22.

15. Provisão para riscos e passivos contingentes

A Banrisul Pagamentos, na execução de suas atividades normais, é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível. As provisões foram constituídas tendo como base o opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

(a) Causas prováveis

A Banrisul Pagamentos provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação de perda é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

Movimentação das provisões:

	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 01/01/2025	2.607	389	2.996
Ações	73	184	257
Atualizações	314	32	346
Reversões	(618)	(261)	(879)
Pagamentos	(194)	(5)	(199)
Saldo em 31/12/2025	2.182	339	2.521
Depósitos judiciais	2.176	31	2.207

Do montante depositado judicialmente até 31 de dezembro de 2025, R\$ 2.029 referem-se a depósitos judiciais – MCP (mandado de citação e penhora) e R\$ 178 a depósito recursal.

(b) Causas possíveis

De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para passivos contingentes sobre as causas de perdas possíveis.

	31/12/2025
Trabalhistas	3.307
Saldo final	3.307

Contingências trabalhistas

As ações trabalhistas referem-se, na sua maioria, a "vantagens bancárias" relativas aos empregados incorporados da extinta Banrisul. Processamento de dados. De acordo com o histórico estes processos levam em média 10 anos para conclusão.

Contingências cíveis

As ações civis referem-se, especialmente, a ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de supostos problemas operacionais na utilização do serviço prestado pela companhia. A média para conclusão destes processos é de 3 anos.

16. Obrigações fiscais

	31/12/2025
Imposto de renda	18.067
Contribuição social	1.414
Imposto sobre serviços	1.185
PIS/COFINS	5.615
Retenções a recolher	549
Total	26.830

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 538.000, mediante aproveitamento de reserva de lucros e sem emissão de novas ações. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.700.000, dividido em 477.939.995 ações.

b) Distribuição do resultado

O lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 405.240 terá as seguintes destinações: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social; (ii) dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado; (iii) o lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

A composição dos valores relativos a dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro é a seguinte:

	31/12/2025
Lucro líquido do exercício	405.240
Constituição de reserva legal (5%)	20.262
Base de cálculo de dividendos	384.978
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	96.244

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social da Companhia. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui em seu Patrimônio Líquido o valor de R\$ 177.142 relativo à reserva legal.

d) Reservas de lucro

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, após as retenções legais e distribuição de dividendos, o saldo remanescente de lucros é transferido para a constituição de reserva de expansão, a qual terá a sua destinação pela Assembleia Geral Ordinária. O saldo referente reserva de expansão em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.017.735.

e) Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, do total dos lucros obtidos 5% serão aplicados, antes de qualquer destinação, para constituição da reserva legal a qual não poderá exceder 20% do capital social e, 25% será obrigatoriamente distribuído aos acionistas, proporcionalmente à participação de cada um no capital social.

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2025	2º Semestre 2025
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	609.108	5.443
Lucros (exclusível - permanentes) (1)	5.090	5.443